# Contribuição para os estudos

ARTIGO

Maria da Conceição Quinteiro\*

DAS RELAÇÕES ENTRE OS GÊNEROS

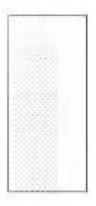
Resumo: Na análise sociológica aqui proposta são contempladas, não só as especificidades dos contextos dos fenômenos sociais, como as normas e os valores estáveis que os amalgamam, pano de fundo das relações sociais. A concepção ainda vigente da inferioridade social feminina e superioridade social masculina, (apoiada no fato de que a mulher age com a "emoção" e o homem age com a "razão"), é o ponto primordial da relação dominação-subordinação entre os gêneros. Como a razão e a emoção são parte de uma mesma unidade e homens e mulheres são portadores de ambas, e como toda relação social é suscetível de crítica e questionamento dialógicos, a relação vigente entre os gêneros pode ser mudada. Como o espaço doméstico é comunicativo de caráter intersubjetivo é o locus da expressão da afetividade, da manifestação da crítica e das primeiras aprendizagens, portanto é o espaço onde pode ser iniciado o fim da relação dominação-subordinação entre os gêneros.

Palavras-chave: gêneros-subjetividade-emoção-razão-espaço doméstico

# MULHERES E HOMENS NA RELAÇÃO ENTRE OS GÊNEROS

O que dá significado a um corpo de mulher e a um corpo de homem e que os impulsiona a agir e a pensar no feminino e no masculino é a relação que os envolve – relação entre os gêneros. Relação social portadora das diferenças sociais e simbólicas que orienta homens e mulheres a situarem-se no mundo e no contexto sócio-histórico vivido.

<sup>\*</sup>Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de gênero (NEMGE) e do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA/ USP). Doutora em Sociologia. Dept. de Sociologia da FFLCH/USP.



Maria da Conceição Quinteiro

A introdução do conceito de gênero na investigação acadêmica suplanta os estudos anteriores sobre mulheres, porque a categoria "gênero" amplia o escopo de análise da experiência social das mulheres, não mais isoladas, mas em relação com o seu parceiro – o homem.

A incorporação do conceito de gênero, pela teoria feminista expressa, assim, a adoção da crítica epistemológica desenvolvida nas ciências sociais e humanas, quanto aos parâmetros "modernos"-crítica ao cientificismo abstrato, aos conceitos fixos e às interpretações universalizantes dos fenômenos sociais e históricos, que ignoravam as peculiaridades dos contextos sócio-históricos e as especificidades dos homens e das mulheres. Em consonância com essa crítica, a maioria das teóricas feministas adota a postura "pós-moderna" de interpretação da sociedade e da história, ou seja, propõe a construção de conceitos provisórios e teorias parciais capazes de desvendar as informalidades tanto dos processos sociais como do cotidiano dos homens e das mulheres.

Aposição interpretativa que proponho não descarta totalmente nem os parâmetros epistemológicos "modernos" nem os "pósmodernos". Ela consiste em uma postura intermediária entre uma interpretação universalizante e uma abordagem particularista e fragmentária, buscando elaborar uma interpretação contextual sóciohistórico determinada. Esta postura permite resgatar o indivíduo e sua subjetividade em contextos comunicativos de caráter intersubjetivo, como diria Habermas (1995). Ou seja, a comunicação e a subjetividade humanas são construídas sobre o cotidiano material e sobre as normas e valores estáveis que o amalgamam, pano de fundo das relações sociais.

No processo do desenvolvimento da teoria feminista, conforme Kristeva (1979), a crítica aos parâmetros teórico-metodológicos "modernos" e a adoção dos estudos de gênero, foram levados a cabo pela "segunda geração de mulheres" dos anos 70. Nesse período, a produção acadêmica e a militância feminista voltaram-se para a diferenciação radical entre as identidades masculina e feminina e, consequentemente, para a ênfase na especificidade psicológica

feminina: um novo olhar e valorização subjetiva e corporal das mulheres. O corolário imediato dessa posição teórica e prática trouxe uma nova interpretação da relação entre os gêneros que antagonizava homens e mulheres, contrapondo-se assim, ao caráter

relacional do conceito de gênero, que endosso neste trabalho.

O momento seguinte (meados de 1980 para cá) conforme a classificação de Kristeva (1979), dá lugar à "terceira geração de mulheres". Nesse momento efetiva-se a superação da posição teórica predominante anterior e, em sentido contrário, propõe-se a aproximação dos gêneros, com suas peculiaridades e diferenças, admitindo que o feminino e o, masculino são referidos – homens e mulheres inter-relacionam-se de maneiras diferenciadas nas relações sociais de gênero (FLAX, 1987). Na mesma linha relacional do conceito de gênero, Saffiotti (1993) acrescenta que, também como processo social gênero é relacional, na medida em que capta a trama das relações sociais e suas transformações históricas.

O conceito de gênero relacional é abrangente o bastante, para dar conta da complexidade e da singularidade da relação entre homens e mulheres dessa maneira, precisa ser mais detalhado. Assim, na relação entre os gêneros, os atores homens e mulheres não são dicotomicamente separados, apesar de manterem suas próprias diferenças. A especificidade da relação de gênero enquanto uma relação social consiste fundamentalmente no fato de que, ao relacionar homens e mulheres, abriga a complexidade de cada um e a diversidade das várias situações em que interagem. Ou seja, cada ator social nessa relação porta uma bagagem subjetiva que interage com os aspectos objetivos das várias situações em que ambos se relacionam.

Assim, tudo o que diz respeito à relação de gênero tem um significado social e cultural, inclusive o fato biológico da diferença sexual e da reprodução humana. Pois há mútua dependência entre natureza e cultura, tanto é que os 'fatos biológicos' são sempre transformados em categorias de significados, socialmente referidos (HASTRUP 1993).

A relação entre os gêneros é presidida pela relação de dominação masculina e subordinação feminina (dominação no sentido

Contribuição para os estudos das relações entre os gêneros



Maria da Conceição Quinteiro

Weberiano que pressupõe a concordância dos dominados, que a legitimam, na medida em que obedecem a um mandato legítimo, fundado na tradição, na razão ou no carisma). Essa qualidade – dominação/submissão – embora varie em grau de expressão, é denominador comum na maioria das sociedades vivas conhecidas (ROSALDO e LAMPHERE, 1974).

Tanto o conteúdo do significado da relação social pode mudar como os atores envolvidos, também, podem previamente, fazer um acordo e comprometer-se com uma conduta futura. Cada ator social espera que o outro oriente suas ações no sentido do acordo prévio. (WEBER, 1964). Assim, a relação entre os gêneros possui a virtualidade da mudança e da transformação. É possível, pois, transformar as ações e concepções de dominação-subordinação em ações e concepções de igualdade.

Essa igualdade não pressupõe homogeneização no agir e pensar. As diferenças são condizentes com a individualidade de cada ser humano. Homens e mulheres têm preferências, desejos, escolhas e avaliações pessoais. Têm sexos, sexualidades e corpos diferentes. A igualdade a que me refiro encontra-se no nível da valorização que a sociedade atribui ao homem e à mulher. É esse valor que opera a diferença hierarquizada e cria significados distintos (HÉRITIER, 1981), para homens e mulheres na relação de gêneros.

# A METÁFORA DESATUALIZA-SE

A metáfora da oposição entre esfera privada e esfera pública na sociedade ocidental é a que melhor simboliza a relação entre os gêneros, porque é carregada de conteúdos que indicam uma maneira de ser e agir recortada pela superioridade masculina e inferioridade feminina.

As duas esferas na atualidade não são autônomas porque são mutuamente relacionadas, apesar de guardarem as suas especificidades. No caso da metáfora da oposição, a *Polis* representava o *locus* da cultura, da cidadania e da política, o espaço onde o homem

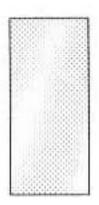
revelava sua excelência. E *Oikos* (a casa) lugar da natureza, da vida e da morte, administrada pela mulher. Na metáfora, o privado e o público eram esferas concretamente separadas e autônomas (Arendt, 1974). Tal separação, opondo doméstico e público, baseou a identificação dos lugares próprios do homem e da mulher (ORTNER, 1974), desde a antigüidade clássica no mundo ocidental.

No século XX a relação entre esfera pública e privada tornou-se cada vez mais estreita. No entanto, a esfera doméstica ainda é considerada socialmente inferior (porque continua sendo o locus da reprodução e socialização das crianças), apesar da vida familiar e a intimidade que ela propicia serem necessárias para o crescimento saudável dos seres humanos (MACMILLAN, 1982). Já o público, locus do masculino, contém as redes de sociabilidade diversificadas, destituídas da afetividade existente no espaço privado.

Na minha opinião, na questão da reprodução da relação de dominação-subordinação entre os gêneros, considero que o lugar central é o espaço doméstico. É também o espaço por excelência para impulsionar a desconstrução da concepção que reforça a desigualdade de gênero. Não porque é o espaço ainda simbólico da mulher, mas porque é o epicentro da aprendizagem das primeiras concepções, atitudes e conceitos emocionais que afirmam a desigualdade. As diferenças sexuais dos comportamentos entre os gêneros são aprendidas na primeira infância. Cada sexo aprende o comportamento adequado e desejado em uma dada sociedade, ou seja, cada sexo se conforma com o papel que a sociedade exige dele (MEAD, 1964).

Chodorow (1974) aponta que a diferença da educação entre meninos e meninas é a base para as condutas e percepções futuras. As meninas aprendem a ser responsáveis na convivência familiar e nas tarefas do cotidiano, já os meninos aprendem abstratamente deveres e direitos, mas não os aprendem exercitando-os com os parceiros do grupo doméstico. Aprendem a competir fora do grupo familiar, porque a aquisição de *status* significa ter sucesso na esfera pública. As ações que envolvem manifestações de afetividade e cuidados com os outros são pouco usadas, ou até desconhecidas por eles. As meninas tendem a ser definidas como relacionais, ligadas aos

Contribuição para os estudos das relações entre os gêneros



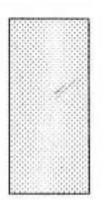
Contribuição para os estudos das relações entre os gêneros Maria da Conceição Quinteiro papéis de mãe, irmã e esposa (ORTNER 1994). Parsons (1955) constatou que no mundo do trabalho, as mulheres acabam por desempenhar funções análogas às da esfera privada: professoras, trabalho social, secretárias, ou seja, ocupações que dão suporte às atividades masculinas.

Por outro lado, além do significado que o espaço doméstico encerra para o organizar e o viver a vida de homens e mulheres é, também, um dos poucos contextos que podem oferecer um contraponto à esfera pública instrumental porque está orientado para as relações afetivas e para a expressão das emoções, sejam elas harmoniosas ou conflituosas (GLENNON, 1979 e HABERMAS, 1987). Por isso o espaço doméstico contém a virtualidade de desfazer e refazer concepções acerca da relação entre os gêneros, como também quaisquer outras concepções vigentes. O espaço "doméstico comunicativo" pressupõe a liberdade de expressão e de questionamento entre seus componentes, condição sine qua non para a crítica e a mudança.

# VALORIZAÇÃO DIFERENCIADA

A desigualdade entre os gêneros provocada, em última instância, pela separação entre pensamento e sentimento, no meu entender, seria o fulcro original da relação dominação – subordinação. Precede ou é concomitante às dicotomias metafóricas da Pólis versus Oikos, Cultura versus Natureza e seus desdobramentos.

A associação com a natureza, com a reprodução humana, com o "coração", com os cuidados com a prole e com a casa faz da mulher um ser incapaz de pensar e de raciocinar. Portanto, do ponto de vista da capacidade intelectual, um ser inferior porque age guiada pela emoção e é emocional porque pertence ao mundo da natureza e dos 'instintos' (GLENNON, 1979). Ao contrário, o homem tem capacidade de discernimento e de raciocínio, porque orienta suas atitudes e pensamentos pela razão e com a qual guia-se na esfera pública, no mundo da cultura.



Um dos aspectos da dicotomia razão e emoção diz respeito à maneira como os gêneros aprenderam os conceitos emocionais e atitudes em torno das emoções. O homem é proibido de sentir e de manifestar suas emoções porque estas são vistas como essencialmente femininas. Desta maneira, geralmente, o homem expressa o receio de grandes emoções em forma de atitudes de hostilidade e desprezo pelas mulheres (HUDGES e MIDGLEY 1983). O homem também tem dificuldades em entender a capacidade da mulher em expressar suas emoções. Assim, o olhar masculino, geralmente, imputa à mulher ligações com o mistério. Afinal, as mulheres, ao longo da história da humanidade, eram quem dominava os segredos da vida e da morte – foram as pitonisas, as conhecedoras dos filtros de amor, as feiticeiras queimadas nas fogueiras da Inquisição. E como diz Neuhouser (1989), são as mediadoras entre Deus e os homens (maridos, filhos e irmãos).

Contribuição para os estudos das relações entre os gêneros

Maria da Conceição Quinteiro

# VALORIZAÇÃO IGUALITÁRIA

Essa maneira de encarar homens e mulheres separados pela razão e emoção colocava, de fato, os gêneros numa posição inconciliável, cada qual vivendo e articulando-se em esferas dicotômicas e autônomas. Ou seja, cada qual contido nos seus espaços "próprios" de ação. Esta dicotomia entre público e privado na atual contemporaneidade não faz sentido, como também os seus desdobramentos e origens: homens e mulheres portam intrinsecamente razão e emoção. Ambos são capazes igualmente de raciocinar e de amar.

De fato, a mulher tem maior capacidade de manifestar suas emoções do que os homens, mas isto é resultado da aprendizagem específica feminina. O temperamento semelhante entre os Arapech e os Mudungumor e o temperamento diferenciado dos Tchambuli não é inato. Para cada sexo existem expectativas de comportamento, o qual é ensinado desde o nascimento (MEAD, 1964).

Manifestar mais claramente as emoções não é prova de que a mulher não tem razão e vive no nível de intuição subjetiva



Maria da Conceição Quinteiro

(MACMILLAN, 1982). A expressão dos sentimentos na vida humana não invalida a objetividade do conhecimento, pois a noção de objetividade não é restrita às atividades consideradas independentes das emoções. O estado emocional das pessoas resulta da valorização e da cognição acerca das emoções, pois, cada indivíduo tem referências para perceber o objeto da emoção (MACMILLAN, 1982; HELLER, 1985).

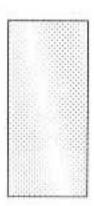
Por isso uma epistemologia feminista não despreza a emoção, pois é dimensão importante do conhecimento (JAGGAR, 1989), bem como as orientações emocionais nas experiências de homens e mulheres respaldam as características da diferença sexual (ROSALDO, 1994).

A emoção é constituinte do pensamento e do comportamento humanos. As emoções e os conceitos emocionais e suas expressões precisam ser compreendidas e desveladas para melhorarmos o conhecimento da relação entre os gêneros.

A diconomia entre razão e emoção, com suas múltiplas facetas, vem perseguindo a história das relações humanas. à guisa de ilustração, a esfera pública, espaço das ações tidas "racionais", abriga as ações da paixão e as do amor erótico, tidas "emocionais". Já no espaço doméstico, *locus* por excelência da afetividade e da expressão das emoções, as ações da paixão e as do amor erótico não condizem com este espaço formal que, apesar de afetivo, requer comedimento nas ações desta qualidade. A paixão e o amor erótico, ainda hoje, são rechaçados comumente nesse espaço. Florescem nas alcovas transgressoras dos amantes ávidos pelo prazer do encontro.

Nem tudo está perdido. Nos dias atuais, vem se observando paulatinamente a conciliação da razão e da emoção em uma união afetivo-sexual, nos limites do espaço doméstico. Pois este, sendo comunicativo de caráter intersubjetivo, pressupõe que nele não só se manifestem livremente emoções, nomeadamente comedidas, como as de feitio libidinoso (QUINTEIRO, 1993)

Weber (1971) assinala que o amor apaixonado é incompatível com o casamento, por este implicar indissolubilidade e responsabilidades, as quais são estranhas à sexualidade apaixonada. Pois, a constância rotineira não é flexível, não tem a necessária leveza e delicadeza da comunicação erótica.



No plano da relação entre os gêneros, tomar razão e emoção como atributos dos homens e das mulheres, respectivamente, não faz sentido na abordagem interpretativa ora proposta. Não há dicotomia, razão e emoção são intrinsecamente relacionadas, pois são parte de uma mesma unidade (HELLER, 1985).

Segundo Heller (1985), a emoção não é destituída de racionalidade porque é cognitiva e situacional, ou seja, está vinculada à situação, a um contexto específico. O significado de cada emoção é atribuído pelos atores dessa situação, por isso é possível a mudança. A emoção não está separada nem da situação, na qual se manifesta, nem do conhecimento que se tem dela, quer dizer, do processo de aprendizagem e interiorização de normas sociais e valores nos quais as emoções são produzidas junto com suas expressões (manifestações).

Ao nascer, os homens e mulheres aprendem e interiorizam a linguagem, as normas e concepções da sua cultura. Aprendem, também, sentimentos, porque o ser humano não é guiado pelos instintos. Com a aprendizagem dos sentimentos aprendemos, também, suas manifestações e suas significações. Como cada sentimento é aprendido e manifestado de acordo com uma situação específica, o sentimento é portanto cognitivo, situacional e idiossincrático. Além disso, só com a aprendizagem (conhecimento) diferenciamos as emoções e as definimos. Pensar e sentir, conhecimento e sentimento, emoção e razão compõem um processo unificado (HELLER, 1985).

Da perspectiva da unificação da emoção com razão é possível a construção de uma relação igualitária entre os gêneros, porque a maneira de homens e mulheres estabelecerem sua comunicação afetiva no interior do espaço doméstico afeta diretamente condutas orientadas para uma igual valorização entre os gêneros.

Do ponto de vista da razão é possível a construção da razão comunicativa, conforme Harbermas, 1987. No processo de interação dos gêneros, pode ser construída a interação dialógica entre os interlocutores na situação familiar. Esta pressupõe o procedimento argumentativo fundamentado, isto é, o que homens e mulheres argumentam é suscetível de crítica e questionamento. Por isso a

Contribuição para os estudos das relações entre os gêneros



Maria da Conceição Quinteiro

racionalidade comunicativa consiste numa negociação com liberdade de expressão. Ambas, negociação e liberdade, fundam o consenso resultante da interação dialógica sem imposição, sempre negociado. O procedimento argumentativo pressupõe um patrimônio comum de saber, que é sócio-histórico determinado.

A interação dialógica é possível em situações do quotidiano vivido pelos atores sociais porque são situações onde as subjetividades manifestam-se e podem ser regidas pela razão comunicativa (em oposição e/ou resistência à razão instrumental), embora a razão instrumental (a predominante) seja a referência obrigatória para a valorização da situação vivenciada pelos interlocutores.

Na relação fundada pela razão comunicativa, não há significado implícito na ação, ou seja, para cada ação é atribuído um significado pelos atores sociais. No agir comunicativo, razão e emoção não se opõem porque cada ação tem um sentimento, definido pelo conhecimento que os atores têm acerca desse sentimento.

A razão comunicativa na situação de afetividade propicia o procedimento dialógico necessário para a mudança de concepções e atitudes a respeito da relação dominação-subordinação, entre os gêneros. O procedimento dialógico, como vimos, pressupõe que cada ator apresente uma argumentação fundamentada, passível de crítica e questionamento pelo outro ator envolvido. Nada é imposto, livremente os atores usam esse procedimento até obterem o consenso fundado no melhor argumento. Na razão comunicativa não há nenhuma verdade, normas e valores absolutos; homens e mulheres numa dada situação constróem tantas verdades quantas forem necessárias (HABERMAS, 1987) para a consecução da relação fundada numa igual valorização entre homens e mulheres.

QUINTEIRO. Maria da Conceição. The gender relation studies contribution.

Plural; Sociologia, USP, S. Paulo, 3: 122-134, 1.sem. 1996

Maria da Conceição Quinteiro
ts
al
n
of

entre os gêneros

Contribuição para os estudos das relações

Abstract: This sociological analysis emphasizes the importance of social contexts features and their established norms and values which are the base of social relations. The female inferiority and male superiority conceptions (anchored in the fact that women act by "emotion" and men act by "reason") are the origin of domination-subordination gender relationship. Reason and emotion are part of the same unity, thus women and men carry on in themselves reason and emotion. All social relation can change after a dialogical and critical procedures, therefore gender relation can change, too. As the householdplace is communicative and intersubjective it is the affectivity, the critical freedom and the first learning locus, therefore it is the main place to end the domination-subordination gender relation.

Uniterms: gender - subjectivity - emotion - reason - householdplace.

## **B**IBLIOGRAFIA

- ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M., 1972. Dialectic of Enlightenment. New York, Herder e Herder.
- ARENDT, Hannah, 1987. A Condição Humana. São Paulo, Forense Universitária, cap. As esferas públicas e privadas.
- CHODOROW,N. 1974. "Familiy Structure and Feminine Personality", In: ROSALDO, Z.M. and LAMPHERE, L. (eds), Women, Culture and Society. Stanford University Press. 43-66.
- COLLIER, J. "Women in Politics" 1974. In: ROSALDO, Z.M. and LAMPHERE, L. (eds). Woman, Culture and Society. Stanford. Stanford University Press. 89-96.
- FLAX, J. 1987. "Post-modernism and gender relations in feminist theory". Signs. Chicago. The University of Chicago Press. Vol. 12 nº4, 621-644.
- GLENNON, M.L. 1979. Women and Dualism. A sociology of knowledge analysis. London. Longman.



- HABERMAS, Jürgens. 1987. Teoria de la Acción Comunicativa. Madrid. Taurus.
- à Folha de S. Paulo em 30/04/95.
  1995. Entrevista a Bárbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet, publicada
- \_\_\_\_\_. 1984. The power of shame. A rational perspective. London, Routledge and Kegan Paul.
- \_\_\_\_\_. 1985. Teoria de los sentimientos. Barcelona. Fontamara.
- \_\_\_\_\_. 1991. História y Futuro ¿Sobrevivirá la modernidad? Barcelona. Península.
- HÉRITIER, Françoise. 1981. L'exercise de la parenté. Paris, Gallimard, Seuil.
- HUGHES, J. e MIDGLEY, M. 1983. Women's choices. Philosophical problems facing feminism. London. Weidenfeld and Nicholson.
- JAGGAR, A.M. 1989. "Love and knowledge in feminist epistemology", In: JAGGAR, A.M. e BORDO, S. (eds), Gender/ Body/ Knowledge: Feminist Reconstruction of Being and Knowing. New Brunswick. Rutgers University Press.
- JAGGAR, M.Alison, 1990. "Sexual differences and sexual equality", In: RHODE, L.D. (ed), Theoretical Perspectives on Sexual Difference. New Haven. Yale University Press. 239-257.
- LAMPHERE, L. 1974. "Strategies, cooperation and conflict among women in domestic groups", In: ROSALDO Z.M. e LAMPHERE, L. (eds), Stanford. Stanford University Press. 97-112.
- KRISTEVA, Julia. 1979. Le temps des femmes. Cahier de Recherche en Sciences des Textes et Documents, Paris, pp. 5.
- MACMILLAN, Carol. 1982. Women, Reason and Nature some philosophical problems with feminism. Oxford. Basil Blackwell.
- MEAD, Margaret. 1963. Sex and temperament in three primitive societies. New York.
- MICHEL, Andrée. 1986. Sociologie de la famille et du mariage. Paris. PUF.
- NEUHOUSER, Kevin. 1989. "Sources of women's power and status among the urban poor in contemporary Brazil". Signs. Chicago. The University of Chicago Press. Vol 14 n°3, 685-703.

- ORTNER, B. 1994. "Is female to male as nature is to culture?", In: ROSALDO, Z.M. e LAMPHERE, L. (eds), Woman, Culture and Society. Stanford. Stanford University. 67-87.
- Contribuição para os estudos das relações entre os gêneros Maria da Conceição Quinteiro
- PARSONS, Talcott e BALES, R. 1955. Family, Socialization and Interaction Process. Glencoe. Illinois. The Free Press.
- PRICE, M. e STACEY, M. 1981. Women, Power and Politics. London. Tavistock Publications.
- QUINTEIRO, M.C. 1993. *União conjugal: a grande busca*. Tese de doutorado, defendida no Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.
- ROSALDO, Z.M. e LAMPHERE, L. 1994. Woman, Culture and Society. Stanford. Stanford University Press. Introduction.
- ROUGEMONT, Denis. 1988. O amor e o Ocidente. RJ, Ed. Guanabara.
- RUBIN, G. 1975. "The traffic in women: notes on the political economy of sex", In: REITER, R. (ed), *Toward an anthropology of women*. New York. Monthly Review Press. 157-210.
- SAFFIOTI, B. Heleiter. 1992."Rearticulando gênero e classe social", In: Bruschini, C e Costa, A. (eds), Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- SANTOS, Boaventura Souza. 1995. Pela Mão de Alice o social e o político na pós-modernidade. São Paulo. Cortez Editora.
- SEGAL, Lynne. 1987. Is the future female? Troubled thoughts on contemporary feminism. London, Virago Press.
- SILVA DIAS, L.M.O. 1992. "Teoria e método dos Estudos Feministas: Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano", In: Bruschini, C. e Costa, A. (eds), Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos. 39-54.
- TRESS, M.D. 1988. "Comment on Flax's "Postmodernism" and gender relations in feminist theory". Signs. Chicago. The University of Chicago Press. Vol 14, nº1. 196-201.
- WEBER, Max. 1964. Economía y Sociedad. México. Fondo de Cultura Economica. 5-45.
- Weber, Ensaios de Sociologia. 1971. (Org. H.H. Gerher e C. Wright Mills). Rio de Janeiro, Zahar, pp. 382-400.